

## **Por que as Áreas Protegidas do Albardão são necessárias?**

-- em 12 páginas e 20 minutos de leitura, com cafezinho, chá ou água –

O processo de criação de uma área marinha protegida na região do Albardão tem mais de 20 anos. Em 2008, através da abertura de processo institucional (SEI 02070. 000020/200848), oficialmente a ideia de criar uma Unidade de Conservação no Albardão ganhou “certidão de nascimento”. Também, em 2008, a publicação “Bela paisagem eólica no extremo sul da costa brasileira – Dunas do Albardão” reconhece os campos de dunas do Albardão como um dos Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil – SIGEP 003, reforçando a importância da área (Lopes et al., 2008). A criação de um Parque Nacional na região já recebeu moções de apoio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (2008), e em duas edições do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – CBUC (VII Edição, em 2012 e VIII Edição, em 2015).

Em 2016, foi realizado na Praia do Cassino, Rio Grande/RS, o encontro internacional “Nossa vida, nossos mares: os Pinípedes e a Conservação Marinha”, envolvendo 35 instituições de pesquisa e conservação provenientes do Brasil, Uruguai e Argentina. Durante o evento, houve a elaboração da “Carta do Cassino”, destacando-se no documento a importância da criação do Parque Nacional do Albardão para a proteção de diversas espécies de tartarugas, mamíferos marinhos, elasmobrânquios e outros peixes compartilhados entre Argentina, Uruguai e Brasil.

Neste mesmo ano, a região é reconhecida como um Faro do Mar Patagônico, isto representa uma das áreas, entre vinte e três (23) sítios, com maior prioridade para a conservação da biodiversidade e ecossistemas costeiros e marinhos do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile juntos, nominada dessa forma pelo “Fórum para a conservação do Mar Patagônico e áreas de influência” (Fórum do Mar Patagônico), uma coalizão entre instituições conservacionistas destes quatro países.

Em 2019 foi promovido um evento específico sobre a região do Albardão, o “Workshop Conservação da Região Costeira e Marinha do Albardão – RS”, onde participaram 27 profissionais com grande experiência em pesquisa, gestão ou administração de áreas marinhas protegidas de 14 instituições do Brasil e Uruguai.

Na sociedade científica e conservacionista do Brasil o Albardão tem sua importância reconhecida pela inclusão de sua área nos Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), nestes âmbitos a região do Albardão foi destacada como importante,

ou, muito importante, ou, extremamente importante, para a conservação da biodiversidade em 10 Planos de Ação Nacionais: PAN Toninhas (2010), PAN Tartarugas Marinhas (2010), PAN Aves Limícolas Migratórias (2012), PAN Tubarões (2014), PAN Corais (2016), PAN Albatrozes e Petréis (2018) e PAN Lagoas do Sul (2018), PAN Cetáceos Marinhos (2019) e PAN Pequenos Mamíferos (2022).

Na sociedade civil a iniciativa tem milhares de apoiadores – durante as consultas públicas realizadas em 2024, uma pesquisa local espontânea nas redes sociais resultou em mais de 11. 000 pessoas favoráveis ao Parque.

Na sociedade científica internacional a região do Albardão tem alto reconhecimento, ilustrado recentemente pela sua nomeação como área muito importante para os mamíferos marinhos, reconhecida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)) como uma Área Importante para Mamíferos Marinhos (IMMA – Important Marine Mammal Area), denominada “Southern Brazil and Uruguay Coastal Ecosystems IMMA”). A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) além disso, recentemente, classificou a região do Albardão e seu entorno como uma área importante para a conservação de tubarões e raias no Atlântico Sul Ocidental, denominada Albardão-ISRA (União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), 2025).

Certamente, diante da complexidade socioeconômica e cultural do Brasil, ainda existem interesses contrários à efetiva proteção da área. Esses interesses estão associados a práticas ultrapassadas e insustentáveis de exploração dos recursos naturais, bem como a uma visão patrimonialista que busca a apropriação de bens públicos por interesses privados.

Recentemente (2025), atendendo pedidos da sociedade expressos na consulta pública realizadas em abril de 2024, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) promoveu a realização de Estudos Complementares junto com profissionais qualificados e reconhecidos nas áreas de pesca, turismo, biodiversidade, gestão ambiental e sustentabilidade. Os resultados confirmaram a importância estratégica do Albardão para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, para a sustentabilidade das pescarias e na promoção de ações econômicas sustentáveis nas áreas de turismo e produção de energia eólica off shore.

Os estudos realizados, aliados à análise detalhada do histórico da proposta e ao diálogo com a sociedade, levaram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a reformular o projeto original de criação de um Parque Nacional com aproximadamente 1.600.000 hectares (sendo 98% marinho e 2% terrestre). A nova proposta prevê a criação de duas unidades distintas e complementares:

- Área de Proteção Ambiental (APA) – de uso sustentável, abrangendo cerca de 600.000 hectares de áreas marinhas e terrestres. Essa unidade permite, conforme a legislação vigente, a continuidade dos usos já existentes, como pecuária, turismo, pesca artesanal, pesca esportiva, pesca industrial e o trânsito de veículos.
- Parque Nacional – de proteção integral, com cerca de 1.000.000 de hectares, predominantemente marinhos. Essa unidade destina-se a atividades não extrativas, como pesquisa científica, educação ambiental e turismo sustentável, tendo como principal objetivo a preservação das espécies ameaçadas de extinção e a promoção do uso sustentável da biodiversidade.

A proposta também estabelece que a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque coincidirá com os limites da APA, garantindo segurança jurídica à continuidade do uso das águas da Lagoa Mangueira para irrigação, bem como a execução de outros projetos localizados no território do município de Santa Vitória do Palmar.

A região marinha do Albardão é uma área importante para a pesca industrial e a criação de áreas marinhas protegidas pode potencializar as pescarias hoje em declínio e ajudar na sustentabilidade da produção pesqueira regional.

Segundo Cardoso, L. C. *et al.*<sup>1</sup>, a área pretendida para o Parque apresentada na consulta pública (hoje na nova proposta composta por área da Área de Proteção Ambiental (APA) e do Parque) representou em torno de 19, 2% das capturas anuais das frotas industriais de emalhe, arrasto de parelha e cerco realizadas na costa do RS e desembarcadas em portos do RS e de Santa Catarina entre 2022 e 2024. A primeira venda dessas capturas provindas da área do Albardão gerou, em média 17, 5 milhões anuais. Ou seja, este seria a perda potencial de receitas de curto prazo com a implementação do Albardão. Em outra análise considerando um cenário de existência do Albardão, este mesmo estudo aponta que a não pesca no Albardão geraria em torno de 9% de incremento nas receitas das frotas demersais que atuariam no litoral do RS fora do Albardão em

dois anos. Este aumento de rendimento viria do desenvolvimento das 440 toneladas de corvina, pescada, castanha e pescadinha que deixariam de ser capturadas e descartadas pelas três modalidades de arrasto (parelha, duplo e simples) e poderiam gerar 905 toneladas no primeiro ano e 1.886 toneladas no segundo ano. Esta biomassa poderia ser capturada fora do Albardão, desembarcada e geraria em torno de R\$ 9 milhões (Cardoso, L. C. *et al.*<sup>1</sup> Relatório técnico. 2025).

Sant'Ana, Costa e Gavazzoni.<sup>2</sup> (2025), buscaram analisar a atividade de pesca demersal industrial em uma área mais ampla do que o polígono proposto (e. g. Costa Sul e parte da região Sudeste). Esta avaliação trouxe indicativos de que a área proposta para proteção representa apenas entre 4% e 6% da área total de pesca utilizada por esta atividade. No entanto, com base nos mesmos estudos, que derivaram dos resultados do Projeto “Subsídios Científicos para o Manejo Espacial e com Enfoque Ecosistêmico da Pesca Demersal nas regiões Sul e Sudeste do Brasil” (Perez e Sant'Ana, 2023), no que tange o consumo de óleo diesel, a região apresenta maior eficiência pesqueira, porém, em contrapartida, o risco aos impactos da pesca ao ecossistema bentônico foi 16% superior à média geral, evidenciando sua maior vulnerabilidade ambiental desta região quando comparada as demais áreas avaliadas no supracitado projeto de pesquisa. Os autores destacam ainda que “a espacialização dos dados ecosistêmicos e econômicos demonstram que a área abriga ecossistemas vulneráveis sob pressão de atividades pesqueiras intensivas. Esses fatores justificam a necessidade de estratégias de manejo espacial que conciliem tanto a conservação da biodiversidade quanto a sustentabilidade das atividades pesqueiras”. Em um segundo tópico do mesmo relatório está colocado que a área proposta para ser uma unidade conservação no Albardão está localizada na Unidade de Gestão Geográfica (UGG) da Plataforma Sul, indicada pelo capítulo abordado por Dias & Pezzuto, (2022), no projeto “Subsídios Científicos para o Manejo Espacial e com Enfoque Ecosistêmico da Pesca Demersal nas regiões Sul e Sudeste do Brasil”. Essa UGG é caracterizada por alta produtividade, elevada diversidade e significativa vulnerabilidade, sendo considerada prioritária para a conservação.

Além disso, Sant'Ana, Costa e Gavazzoni<sup>2</sup> (2025) avaliaram também a área proposta, no contexto de planejamento sistemático da conservação. Está análise, também derivada de outros estudos realizados anteriormente (Perez e Sant'Ana (2023); Costa (2024)), que mostraram que, determinados alvos espaciais (e. g. quadrantes espaciais de 20'x20', vide Costa (2024)) na região da área de exclusão proposta para o Albardão, bem como em seu entorno, foram consideradas fundos

prioritários para conservação. Desta forma, tal restrição espacial da pesca demersal industrial em algumas dessas áreas prioritárias, poderia resultar em reduções das pressões e os impactos sobre os ecossistemas bentônicos e, simultaneamente, beneficiar os estoques pesqueiros explorados pelas frotas do Sudeste e Sul do Brasil. Entretanto, o estudo ressalva que a implementação de medidas restritivas deve ser fundamentada em estudos complementares que incluam a participação dos atores sociais e econômicos envolvidos. Sendo essencial que a definição de áreas de restrição considere tanto a conservação dos habitats e espécies quanto a sustentabilidade da atividade pesqueira.

A pesca artesanal de praia, de baixa escala, está bem caracterizada em termos de artes de pesca (pesca de parelha de praia e calão) e distribuição geográfica ao sul e ao norte da referência representada pelo Farol do Albardão. (Estima, S. *et al.* <sup>3</sup> Relatório técnico, 2025).

A área reformulada pela nova proposta do ICMBio em duas unidades foi detalhada de maneira a não impactar as áreas de pesca artesanal realizadas a partir da praia. É esperado que a criação delas cause um impacto positivo na pesca artesanal e na pesca esportiva, colocando estas duas atividades como grandes possibilidades para o desenvolvimento de turismo sustentável de base comunitária.

O efeito do incremento e da exportação de biomassa (spillover) reconhecido na literatura mundial, somado a conservação de áreas de reprodução e criação deverá trazer grande impacto positivo em todos os tipos de pescaria na região.

A biodiversidade ameaçada de extinção que será protegida pelas duas unidades é muito expressiva, representada por fundos marinhos colonizados por invertebrados bentônicos bem presentes na área; por vinte e quatro (24) espécies de raias e tubarões ameaçados; por três (3) espécies de tartarugas marinhas e dois (2) mamíferos marinhos com grande ênfase para a Toninha (*Pontoporia blainvillei*) e o Golfinho-de-Lahille (*Tursiops truncatus gephyreus*), que tem parte de seus ciclos de vida na área a serem protegidas. Também, aves costeiras e marinhas ameaçadas usufruem da área das unidades de conservação em seus deslocamentos alimentares e reprodutivos. Em terra não podemos esquecer do tuco-tuco-das-dunas (*Ctenomys flamarioni*), da lagartixada-dunas (*Liolaemus occipitalis*) e da capotirágua (*Blutaparon portulacoides*).

Secchi, E. <sup>1</sup> 2025, indica que as toninhas são os pequenos cetáceos mais ameaçados dos mares brasileiros, classificados como criticamente ameaçados e que tem, principalmente, na pesca industrial em geral, e nas redes de emalhe em específico, sua principal ameaça. Estudos recentes indicam que a população tem diminuído fortemente, já estando perto da inviabilidade. É estimado uma mortalidade de 50. 000 indivíduos de toninhas pela pesca incidental nos últimos 5 anos e os estudos indicam a região do Albardão como prioritária para a conservação da espécie, assim como a área de maior risco em relação a pesca.

A subespécie do golfinho-de-Lahille é composta por duas subpopulações geograficamente isoladas. Estudos recentes estimam um total inferior a 400 indivíduos para toda a subpopulação que ocupa o sul do Brasil e o Uruguai (Fruet *et al.*, 2023). Essa baixa abundância levou à sua classificação como vulnerável. A subespécie também sofre ameaças significativas decorrentes de capturas incidentais em redes de pesca. A região costeira do Albardão constitui um importante corredor migratório para estes golfinhos que se deslocam entre o sul do Rio Grande do Sul e o Uruguai (Fruet *et al.*, 2014; Laporta *et al.*, 2016 a, b). Essa área é, portanto, essencial para garantir o fluxo gênico e a variabilidade genética da subespécie, que ocorre exclusivamente nesta parte do mundo. Além de seu papel ecológico fundamental no ecossistema costeiro, o golfinho-de-Lahille é culturalmente emblemático para diversas comunidades de pescadores artesanais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Secchi, E. <sup>1</sup>, Relatório técnico, 2025).

Monteiro, D. *et al.* <sup>1. 3.</sup> 2025, em seus estudos específicos sobre as tartarugas registraram que na região do Albardão, ocorrem cinco espécies de tartarugas marinhas: tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*). A região apresenta elevadas taxas de captura incidental de tartarugas marinhas na pesca de arrasto de parelha, além de altos índices de encalhes de tartarugas nas praias. A partir de dados de rastreamento por satélite de 16 indivíduos de tartaruga-cabeçuda, entre 2013 e 2016, foi possível identificar que a área mais utilizada pela espécie está inserida no polígono proposto para a criação das áreas protegidas na região do Albardão. A estimativa de captura de tartarugas marinhas, dentro do polígono proposto para a criação das unidades na região do Albardão, na pesca de arrasto de parelha, nos anos de 2014, 2015, 2019, 2022 e 2023, foi de 480 tartarugas-cabeçuda, 31 tartarugas-de-couro, 50 tartarugas-verde e 16 tartarugas-oliva, já entre os anos de 2018 e 2022, na região entre a Barra do

Rio Grande e a Barra do Arroio Chuí, foram registradas 1.256 tartarugas-cabeçuda e 72 tartarugas-de-couro enalhadas, o que gera uma estimativa de mortalidade no mar de 9.642 tartarugas-cabeçuda e 487 tartarugas-de-couro. Estes números conferem ao litoral do Rio Grande do Sul a triste expressão de “sumidouro de tartarugas”. Neste sombrio contexto a região do Albardão tem papel expressivo nas capturas incidentais e consequente na conservação destas espécies. (Monteiro, D. *et al.* Relatório técnico, 2025).

No litoral do Rio Grande do Sul, ocorrem 94 espécies de elasmobrânquios, sendo 58 espécies de tubarões e 36 de raias (Chelotti & Santos, 2020). Áreas da plataforma continental sul-brasileira são cruciais para a reprodução de populações regionais de espécies criticamente ameaçadas de extinção, como a raia-viola (*Pseudobatos horkelii*), o cação-anjo-espinhoso (*Squatina guggenheim*) e o tubarão-martelo-entalhado (*Sphyrna lewini*) (Vooren & Klippel, 2005 Vooren *et al.*, 2005). Na região do Albardão, ocorrem regularmente pelo menos 26 espécies de elasmobrânquios, das quais 24 estão classificadas com algum grau de ameaça em nível mundial e novamente as pescarias industriais com redes de emalhe de fundo e de arrasto representam a maior ameaça às populações dessas espécies. No Rio Grande do Sul foram registradas pelo menos 37 espécies de elasmobrânquios capturadas na pesca de emalhe de fundo. Quando analisadas em conjunto, a área costeira da região do Albardão apresenta o maior número de indivíduos capturados incidentalmente, em comparação com a área externa, o que reforça a importância da área também para este grupo. (Monteiro, D. *et al.* <sup>1. 3.</sup> Relatório técnico, 2025).

Em 2005, a região é destacada como de importância fundamental para a conservação dos tubarões e raias do Brasil no livro “Ações para a Conservação de Tubarões e Raias no Sul do Brasil” (Vooren e Klipel, 2005). Nele, os autores apresentam algumas propostas para a criação de Áreas Marinhas Protegidas na costa do RS e incluem a região do Albardão.

Soares, C. E. R. 2025, indica que 107 espécies de aves costeiras e marinhas de ocorrência provável para as áreas de proteção, 23 espécies (21, 5%) são residentes, 11 espécies (10, 3%) são migratórias do sul da América do Sul, 28 (26, 1%) são originárias do hemisfério norte, 20 (18, 7%) são visitantes pelágicas do hemisfério sul, 8 espécies (7, 5%) estão associadas às ilhas de Tristão da Cunha e Trindade, 14 espécies (13, 1%) são consideradas vagantes aves observadas esporadicamente, fora de sua área típica de ocorrência e ainda espécies da Oceania (3 espécies),



que se reproduzem em ilhas da Nova Zelândia. Em termos de conservação, o Albardão abriga espécies globalmente ameaçadas, 18 das 107 espécies (16, 8%) estão incluídas em alguma categoria de ameaça global (VU, EN ou CR). A área do Albardão cumpre um papel estratégico na conservação da avifauna do Atlântico Sul, funcionando como rota migratória, área de alimentação e reprodução para espécies costeiras e marinhas oriundas de diversas regiões do planeta. A presença significativa de espécies ameaçadas de extinção acentua a necessidade de ações de conservação nesta região. (Soares, C. E. R. Relatório técnico. 2025).

Estas espécies da megafauna (mamíferos, tartarugas, elasmobrânquios e aves) foram estudadas por Jardewski, C. L. F. 2025, na visão da Valoração Econômica da Biodiversidade, e mesmo num cenário conservador (de menor quantificação), foram identificados valores significativos vinculados ao não uso e ao turismo. Valores esses na ordem de R\$ 4.688 milhões/ano, indicando a potencialidade econômica da criação das unidades de conservação na região. Nestes números não estão acrescidas as possibilidades de ganho com o spillover e consequente melhora nas capturas da pesca industrial, artesanal para atendimento ao turismo local e pesca esportiva. Nos resultados apresentados neste estudo de Valoração Econômica, há que considerar que o recorte regional apresentado reduz a estimativa econômica dos grupos avaliados, pois não foi considerada toda população brasileira.

A valoração econômica da biodiversidade no Albardão apresenta números robustos e, ao mesmo tempo, conservadores. Com base na disposição a pagar (DAP) da população dos quatro municípios mais próximos, o valor de existência/legado das espécies de mamíferos marinhos, tartarugas, elasmobrânquios e aves alcança cerca de R\$ 4,69 milhões por grupo ao ano. Quando combinados com receitas de turismo de observação – estimadas em R\$ 400 mil a R\$ 2,4 milhões para baleias e R\$ 300 mil a R\$ 1,8 milhão para golfinhos e pinípedes –, esses valores elevam os benefícios anuais entre R\$ 5,46 milhões e R\$ 9,34 milhões, dependendo do cenário. A observação de aves (“birdwatching”) poderia adicionar R\$ 768 mil a R\$ 2,94 milhões anuais, enquanto outros atrativos, como os concheiros arqueológicos e o “céu escuro” (dark sky), reforçam benefícios culturais e científicos que não foram monetizados. Importante destacar que essas cifras são subestimadas: abrangem apenas a população local (97.792 domicílios), não consideram todos os grupos taxonômicos e omitem ganhos futuros da pesca adjacente decorrentes do spillover.



Diante desses resultados, é preciso integrar e coordenar ações para maximizar o valor da biodiversidade. Uma abordagem eficaz combina ecoturismo de baixa intervenção, pagamentos por serviços ambientais e gestão participativa: ampliar a oferta de observação de baleias, aves e astroturismo; desenvolver roteiros que valorizem a história dos concheiros; instituir mecanismos de compensação (como bilhetes ou taxas ambientais) para financiar pesquisas e monitoramento; e articular pescadores, guias turísticos e gestores públicos na redução do bycatch e na adoção de certificações de pesca sustentável. Além disso, a adoção de uma valoração plural que considere valores intrínsecos e relacionais, e não apenas monetários, ampliará a legitimidade das Unidades de Conservação e fortalecerá a identidade cultural da região. Essas iniciativas, ao harmonizar conservação e desenvolvimento, podem transformar o Albardão em referência de economia da conservação, gerando renda local e preservando a megafauna marinha para as futuras gerações (Jardeweski, C. L. F. Relatório técnico. 2025).

É importante destacar que as análises poderiam considerar dados referentes a toda a população brasileira, uma vez que a biodiversidade é classificada como um “Bem da União”, ou seja, pertence à esfera federal e constitui patrimônio público. Segundo a interpretação legal, esses bens “são aqueles necessários à coletividade e, portanto, seu uso deve estar disponível a todos os cidadãos”. Assim, no caso da biodiversidade, o direito de usufruto e preservação é compartilhado por aproximadamente 211,3 milhões de brasileiros — representando a totalidade das cotas-partes coletivas desse patrimônio comum.

Há que termos bastante cuidado para não confundir os resultados apresentados para os grupos estudados com a valoração da biodiversidade em seu sentido mais amplo. No caso específico, podemos tratar sempre como uma avaliação econômica subestimada, uma vez que não abrangeu todos os grupos taxonômicos e todas as espécies que compõe o ecossistema da região, bem como utilizou pressupostos teóricos para estimar o valor instrumental dos grupos indicados no termo de referência.

Caso fosse realizada uma valoração da biodiversidade ampla, poderia ser adotada outra abordagem como a do Instituto de Sistemas Sócio-Ecológicos Berta Martín-López, da Faculdade de Sustentabilidade, Universidade Leuphana de Lüneburg, Alemanha - o qual considera que a valoração mais adequada passa para uma valoração plural da natureza, onde temos uma composição de

valores com “instrumentos de medida e contabilidade diversos” que podem ser decompostos em três categorias que se somam e interrelacionam: O Valor intrínseco representa a importância da natureza por si só, independentemente dos usos e experiências humanas; O Valor instrumental refere-se à importância da natureza para satisfazer as necessidades, os interesses e as preferências humanas por meio do fornecimento de benefícios (como alimentos, energia e materiais); e o Valor relacional refere-se à importância dos relacionamentos significativos entre as pessoas e a natureza e entre as pessoas dentro da natureza (incluindo a importância da natureza por causa de sua contribuição para o desenvolvimento da saúde das pessoas, identidade cultural, relacionamentos sociais ou responsabilidade para com outros humanos e a natureza. (Silva, K. G. comunicação pessoal, citando López. 2025).

O turismo na região que já é realidade e o potencial turístico ainda sub explorado, deverá ser potencializada com a criação de um Parque Nacional.

Na análise de Manzino, A. R. M e Cunha, T. S. 2025, a região do Albardão é um lugar singular, e seu maior diferencial é também um de seus maiores desafios: o isolamento. Estar em um local extremo, na maior praia do mundo, longe “de tudo e de todos” e com a bucólica imagem do farol solitário sobre a areia, pode aguçar a curiosidade de muitos e despontar o Albardão como um destino a ser desbravado. A ausência de edificações e a distância de zonas urbanas favorecem um dos espetáculos naturais mais raros hoje em dia: o céu escuro. Sem a poluição luminosa das cidades, a luz das estrelas se impõe com toda sua beleza. Isso potencializa segmentos como o astroturismo. Outro atrativo surpreendente é o misterioso mar de conchas (“os concheiros” no dito local). Quando visível, encanta os visitantes e apresenta vestígios paleontológicos. Um campo de estudo a céu aberto, que pode ser explorado por meio do turismo pedagógico e científico, contribuindo para a educação de crianças, a formação de jovens universitários e o avanço do conhecimento sobre a história natural do planeta. Os concheiros, que fascinam tantos visitantes, são um atrativo que todos deveriam ver e tocar (mas não levar). Esse patrimônio natural, tão exposto e ainda sem proteção formal, vem se perdendo lentamente, diante dos olhos daqueles que poderiam contribuir com sua preservação e valorização. Por isso, a inclusão dos concheiros dentro dos objetivos da criação das unidades de proteção - considerando sua raridade, valor científico e potencial para a educação ambiental terá um efeito positivo sobre o ambiente e sobre a atividade turística (PLANITUR. Relatório técnico, 2025).

Os autores dizem que pensando em uma unidade de conservação marinha, a ausência de ilhas, corais ou atividades náuticas, podem frustrar parte dos visitantes. No entanto, o viés da conservação do ecossistema costeiro-marinho, berçário e rota migratória de diversas espécies, justifica a criação da unidade e sustenta seu potencial para observação da fauna, tanto embarcada quanto a partir da faixa de areia. A criação de unidades de conservação na região do Albardão deve considerar o forte uso da faixa de areia para fins recreativos. Do ponto de vista ecológico, a criação das unidades representa uma oportunidade para fortalecer a conectividade entre fragmentos protegidos no entorno, como a ESEC Taim, a REVIS do Maçarico e áreas protegidas do Uruguai. Isso permitirá uma abordagem integrada de conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos do extremo sul do Brasil. A conservação da biodiversidade local, aliada ao uso público orientado, poderá garantir a integridade dos ambientes sensíveis, como dunas, campos, banhados e áreas de ocorrência de fósseis. A criação das unidades no Albardão representa uma oportunidade única de conciliar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento territorial sustentável. Com diretrizes claras de ordenamento, participação social e estímulo a cadeias produtivas locais, podendo se tornar referência em turismo responsável, assegurando sua beleza e valor ambiental (PLANITUR. Relatório técnico, 2025).

Para escolha dos dois tipos de unidades a análise foi ampliada e detalhada para as políticas públicas de conservação e de controle que já incidem sobre a área, bem como possibilidades futuras como a geração de energia eólica off shore. Também, as áreas de estudo sobre uma possível produção de petróleo foram mapeadas e não tem interfaces com as áreas propostas para APA e para o Parque. Os 15 cenários estudados foram: 01 - Distribuição Espacial (profundidade de ocorrência) de Mamíferos Marinhos na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; 02 - Interesses na Região: Blocos para Exploração e Produção de Óleo e Gás e Complexos Eólicos Offshore em Licenciamento; 03 - Zonas de Restrição Normativo da Pesca Industrial; 04 - Políticas Públicas; Cenário 05 - Planos de Ação Nacional (PAN); 06 - PAN Tubarões - Área Estratégica; 07 - Distribuição Espacial (profundidade de ocorrência) de Tartarugas Marinhas na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; Cenário 08 - Distribuição Espacial (profundidade de ocorrência) de Aves Marinhas e Costeiras na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; 09 - Distribuição Espacial de Animais Emersos Costeiros na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; 10 - Áreas Prioritárias para a Conservação dos Zoobentos; 11 - Unidades Especiais - Concheiros e Parcéis; 12 - Distribuição

Espacial (profundidade de ocorrência) de Elasmobrânquios na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; 13 - Ocupações: Construções e Áreas Registradas no SIGEF e CAR na Poligonal Proposta para a UC do Albardão; 14 - Distribuição Espacial da Atividade Pesqueira; 15 - Conservador para a Favorabilidade de Eólicos Offshore no RS (estudo do SINDIENERGIA). (Soares-Oliveira, C. R. <sup>3</sup> *et al.* & Souza, L. <sup>3</sup>, Bueno, A. <sup>3</sup> *et al.* Relatórios técnicos, 2025.

Os Estudos Complementares realizados e resumidos neste informativo foram originados no trabalho técnico de consultores externos e viabilizados através da cooperação entre o ICMBio, a CI Brasil e o NEMA.

É inequívoca a necessidade de criação das áreas protegidas detalhas pelo ICMBio (resumo da proposta em anexo deste informativo), seja para proteção da biodiversidade, das espécies ameaçadas de extinção, da sustentabilidade das pescarias e do turismo. Mas, também é importante conservar a área quando pensamos em Mudanças Climáticas e seus efeitos. A necessidade de conservar áreas para enfrentar as mudanças climáticas e aumentar a Resiliência é primordial e urgente. Os oceanos são os maiores controladores do clima do planeta, manter e melhorar o serviço ecossistêmico de captação e armazenamento de gases do efeito estufa é fundamental e, para tal, conservar os fundos marinhos, conservar a complexa teia de vida marinha, propor ações que aumentem a biomassa e a diversidade, são ações necessárias e fundamentais.

Com muita tristeza vivenciamos no Rio Grande do Sul em 2024 o maior desastre ambiental atribuído as mudanças climáticas já registrado no Estado e no País. É fundamental que ações em seu território (terrestre ou marinho) para conservação, sustentabilidade e resiliência deem clara demonstração prática no sentido de enfrentar as mudanças no clima e suas consequências.

Unidades de Conservação são grandes Tesouros de toda a sociedade e são fundamentais no equilíbrio delicado da teia da Vida. É necessário conservar os Tesouros do Albardão!

<sup>1</sup> - Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

<sup>2</sup> - Laboratório de Estudos Marinhos Aplicados da Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI

<sup>3</sup> - Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA